

RELATÓRIO **FISCAL**

2º Trimestre de 2026
Regime de Caixa



Este Relatório Fiscal detalha as saídas de caixa realizadas pela Petrobras com o recolhimento de tributos e participações governamentais no primeiro semestre de 2026. As informações seguem o critério de regime de caixa e devem ser lidas em conjunto com o Relatório Fiscal 2025, no qual são apresentados os aspectos de conformidade e gestão de riscos tributários da companhia, sua política tributária, dentre outras informações sobre a nossa participação como um dos maiores contribuintes da economia brasileira.

A Petrobras recolheu, no primeiro semestre de 2026, R\$ 161 bilhões aos cofres públicos. Esse montante é composto por R\$ 106,1 bilhões em tributos próprios, R\$ 37,2 bilhões em participações governamentais (PGOV) e R\$ 17,7 bilhões em tributos retidos de terceiros.

Neste 1º semestre, foram pagos R\$ 61,5 bilhões em tributos federais que, somados aos R\$ 37,2 bilhões em participações governamentais, totalizam R\$ 98,7 bilhões destinados à União, que repassa parte desse recurso aos estados e municípios, conforme legislação em vigor. Esse valor corresponde a aproximadamente 6,1% do total da arrecadação federal¹. Ao compararmos com o mesmo período do ano anterior, tivemos um aumento de 28%, motivado pelo maior recolhimento do imposto de renda, dos royalties e do imposto de exportação.

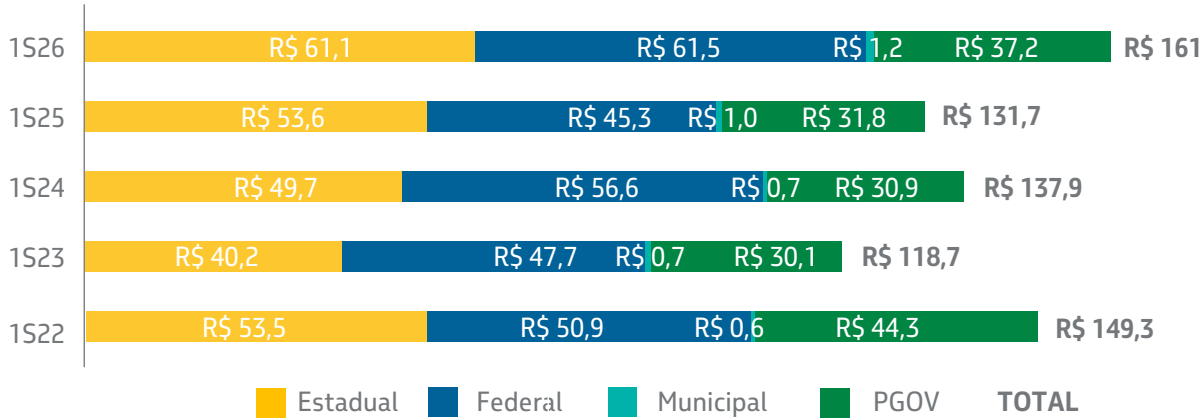
No tocante aos recolhimentos estaduais, a Petrobras pagou R\$ 61,1 bilhões, representando cerca de 13,8% do total arrecadado pelos estados². Ao compararmos com o resultado do primeiro semestre de 2025, houve variação positiva de 14%, motivada pelo aumento na arrecadação do ICMS incidente nas vendas de produtos sujeitos ao regime monofásico deste imposto.

Os tributos municipais totalizaram cerca de R\$ 1,2 bilhão, o que representa um aumento de 17,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi impulsionado pela contratação de serviços. Os valores pagos aos municípios são distribuídos majoritariamente entre ISS-ST (retido de terceiros), ISS próprio e IPTU.

Em março de 2026, foi publicada a Medida Provisória nº 1.340, que dispõe sobre a incidência do imposto de exportação (IE), a partir de 12 de março de 2026, nas exportações de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos e óleo diesel de uso rodoviário. Até o mês de junho de 2026, foram recolhidos R\$ 2,5 bilhões de imposto de exportação.

Nota: As informações dos valores dos tributos e participações governamentais constantes neste relatório são apresentadas pelo regime de caixa (efetivo desembolso), o que não se confunde com as informações divulgadas na Demonstração do Valor Adicionado (DVA), parte integrante das Demonstrações Financeiras divulgadas pela companhia, a qual segue o regime de competência.

Histórico de Recolhimento referente ao 1º Semestre (R\$ Bilhões)



¹⁻² Fonte: Receita Federal do Brasil e portal de transparência dos estados.



R\$ 161 bilhões
PAGOS NO 1º SEM 2026



R\$ 98,7 bilhões
FEDERAL + PGOV

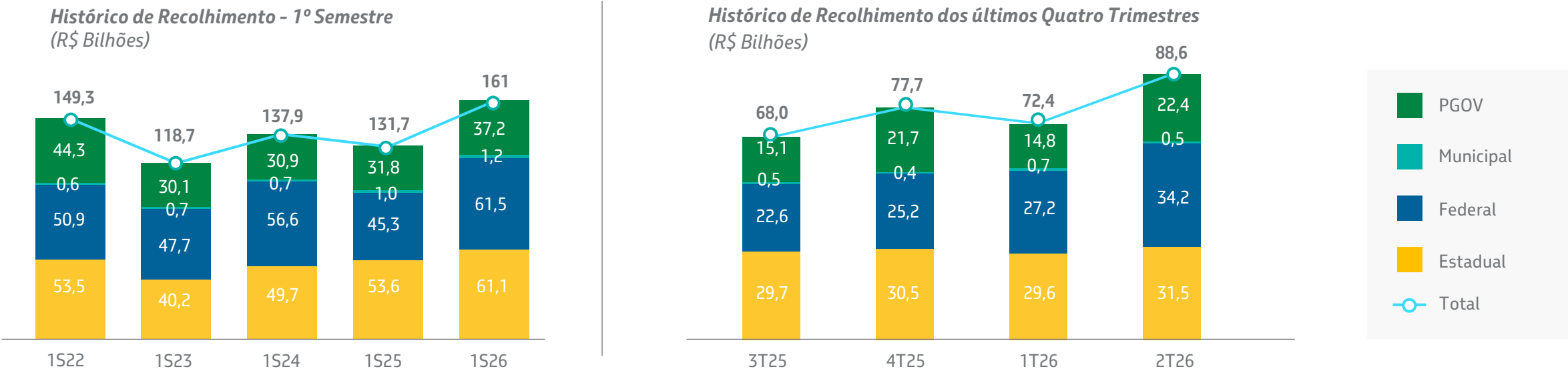


R\$ 61,1 bilhões
ESTADOS



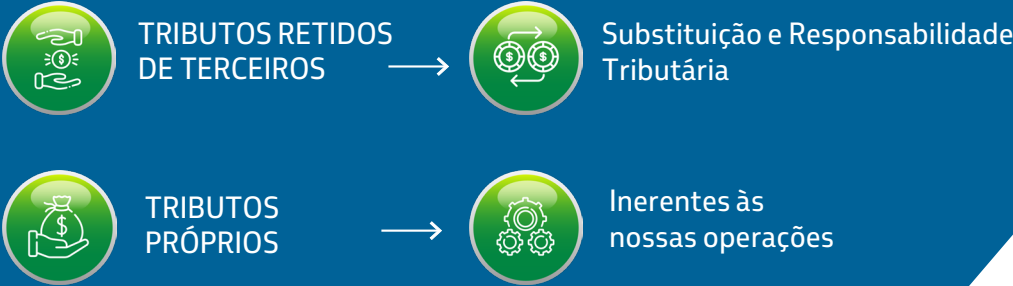
R\$ 1,2 bilhão
MUNICÍPIOS

Nos gráficos abaixo é possível observar a distribuição dos tributos pagos pela Petrobras, segregados conforme a natureza tributária.

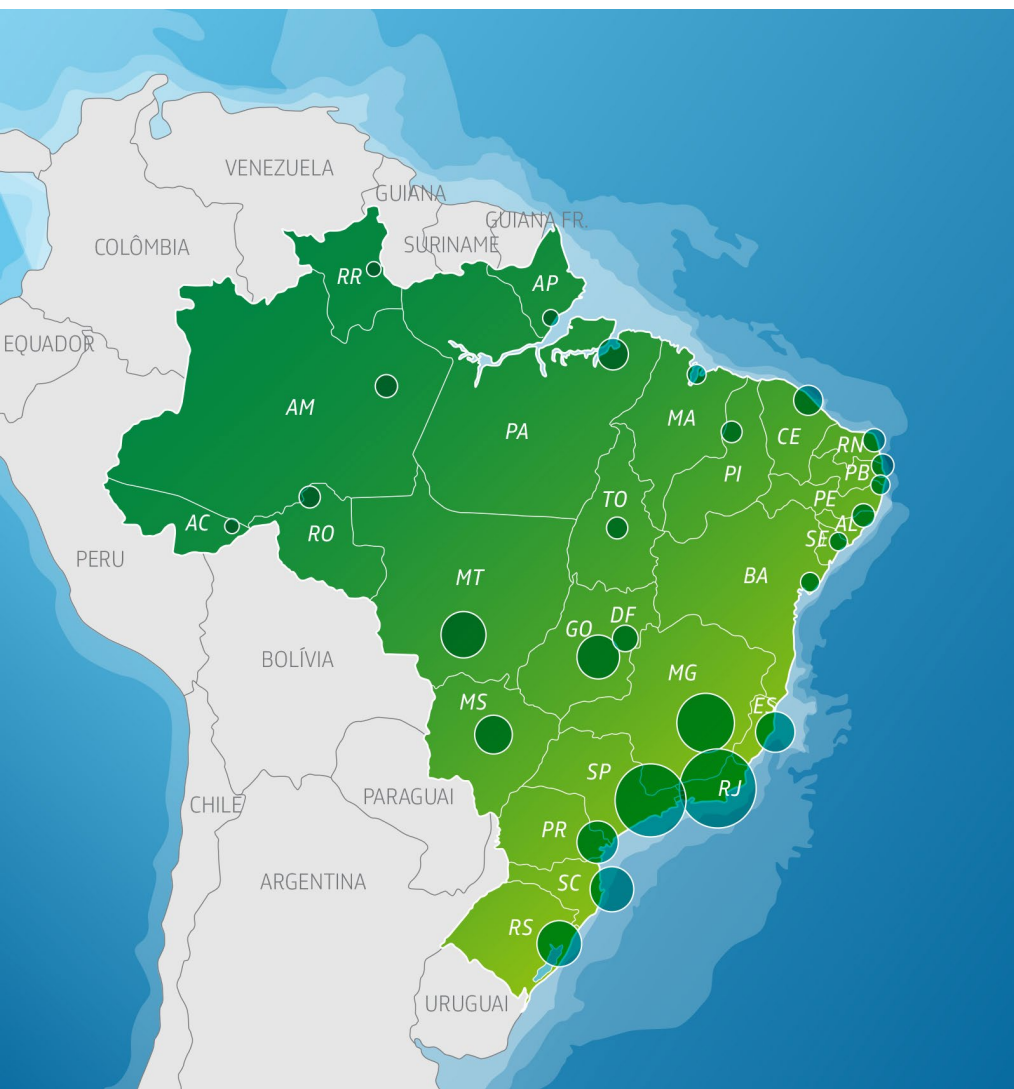


No 1º semestre de 2026, dos R\$ 37,2 bilhões pagos em participações governamentais, R\$ 25,7 bilhões foram referentes a royalties, R\$ 10,6 bilhões à participação especial, R\$ 0,7 bilhão a bônus de assinatura e cerca de R\$ 0,2 bilhão à taxa de ocupação ou retenção de área. Quando comparado ao mesmo período de 2025, observa-se um aumento de 17%, motivado, principalmente, pelo crescimento da arrecadação de royalties, devido ao aumento na produção e à valorização do preço do petróleo.

No acumulado dos últimos quatro trimestres, a Petrobras recolheu R\$ 306,7 bilhões aos cofres públicos na forma de tributos e participações governamentais.



No quadro abaixo, podemos observar a relevância da Petrobras na arrecadação de tributos e participações governamentais destinados aos estados da federação. Para a elaboração deste levantamento, foram utilizadas as informações divulgadas no Portal da ANP.



ESTADO	ICMS (R\$ Bilhões)	PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS (R\$ Bilhões)	TOTAL (R\$ Bilhões)
Rio de Janeiro	7,9	9,5	17,4
São Paulo	11,7	0,2	11,9
Minas Gerais	7,9	-	7,9
Rio Grande do Sul	4,4	-	4,4
Mato Grosso	4,0	-	4,0
Santa Catarina	3,9	-	3,9
Goiás	3,7	-	3,7
Paraná	3,3	0,03	3,4
Espírito Santo	1,9	1,0	2,9
Mato Grosso do Sul	2,6	-	2,6
Pará	1,7	-	1,7
Ceará	1,3	-	1,3
Distrito Federal	0,9	-	0,9
Paraíba	0,7	-	0,7
Tocantins	0,7	-	0,7
Alagoas	0,6	-	0,6
Amazonas	0,4	0,2	0,6
Bahia	0,5	0,1	0,6
Piauí	0,6	-	0,6
Rondônia	0,6	-	0,6
Rio Grande do Norte	0,5	0,001	0,5
Pernambuco	0,4	-	0,4
Maranhão	0,3	-	0,3
Sergipe	0,2	-	0,2
Amapá	0,1	-	0,1
Acre	0,1	-	0,1
Roraima	0,07	-	0,1
TOTAL	61,1	11,0	72,1